



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Igor Andrade. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fábio Souza discorreu sobre a área conhecida como Granja da Semma, um espaço situado no município de Ananindeua, mas pertencente a Belém, onde existe um Centro de Referência de Assistência Social - Cras. Contou ter lá estado há 45 dias, formando-se então uma comissão de dez pessoas representando as famílias que habitam o entorno do local, pertencente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Semma. Ali existe, há mais de vinte anos, um lixão clandestino onde ocorrem incêndios devido à formação de metano e, apesar de ser uma área da Prefeitura Municipal de Belém – PMB, não se consegue controlar o descarte irregular de lixo, explicitou. As 400 famílias que habitam a região próxima, pertencente ao Bairro de Águas Lindas, estão sendo prejudicadas pela fumaça, havendo casos de crianças com problemas respiratórios graves e pessoas idosas que não conseguem mais ficar em suas casas, reportou, ocorrendo, além disso, uma grande infestação de insetos e roedores. Quando lá esteve, o incêndio tomara grandes proporções e o governo do estado enviou uma equipe do corpo de bombeiros para contê-lo. A Prefeitura de Ananindeua disponibilizou uma máquina patrol para ajudar na contenção do fogo, mas outra máquina era necessária e o incêndio continua a ocorrer, relatou. Algumas famílias ocuparam o espaço e foram prontamente retiradas, após uma negociação, mas continua a haver o risco de uma nova ocupação do terreno. O governador Hélder Barbalho encaminhou uma equipe para avaliar a possibilidade de construção de uma Usina da Paz no lugar, o que trará imensos benefícios à população local, noticiou. Entretanto, continuou, a PMB e a Semma precisam tomar providências, pois até o muro que cercava o terreno caiu e deve ser reconstruído. Trata-se de uma grande área onde podem ser construídas unidades habitacionais ou uma Usina da Paz, levando dignidade às famílias, indicou. Josias Higino aludiu à sessão especial realizada nesta Casa, no dia anterior, em comemoração ao Dia do Jiu Jitsu, da qual foi proponente. Comentou ter sido um evento especial, com a participação de vários professores, faixas-pretas, pessoas com um trabalho social em vários bairros de nossa cidade. Na ocasião, retomou, foram homenageados mais de doze mestres e professores atuantes em nossa sociedade. O vereador deve legislar, mas também estar presente na base, apontou, agradecendo a Deus por ter, no atual mandato, conseguido um lugar para atender a população fora da CMB, o Instituto Ruth Higino. Anteriormente, explicou, o instituto existia, mas não tinha essa denominação e não possuía a atual envergadura, agradecendo aos seus colaboradores o trabalho desenvolvido. Os vereadores atuam por toda a cidade, mas todos têm áreas onde são mais presentes, geralmente os lugares onde moram e trabalham mais fortemente, ponderou. Reprovou depois o fato de a literatura evangélica não ter espaço na Festa Literária Internacional de Paraty, festival literário de grande relevância em nosso país. Justifica-se tal exclusão afirmando que a literatura evangélica em nada contribui para a arte literária, pontuou, repudiando tal atitude por considerá-la um total engano e uma discriminação. Gizelle Freitas referiu-se à indicação do atual ministro da Justiça, Flávio Dino, como ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, feita pelo presidente Lula no dia anterior. Considerou que Flávio Dino, um grande jurista, como ministro do STF cumprirá um papel muito importante, sobretudo na defesa do estado democrático de direito, que é frágil e tem sido muito atacado. Lamentou, porém, que o presidente Lula não tenha ouvido o clamor do movimento negro e dos movimentos sociais pela indicação de uma mulher negra para ministra do STF, fato inédito em nossa história. Atestou haver várias mulheres negras juristas e competentes, inclusive na Região Norte do país, que poderiam ocupar essa vaga, frisando constituir uma reparação histórica fazer tal indicação. Registrou em seguida já haver uma movimentação de moradores e de entidades ambientalistas contra a possível reativação do lixão do Aurá. Assinalou haver estudos mostrando os efeitos deletérios do lixão do Aurá sobre o meio ambiente durante o período em que funcionou, provocando a contaminação do solo e da água. Como presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, contou ter entrado em contato com a PMB para obter mais informações sobre o caso e

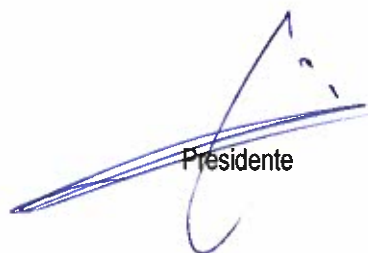
buscar formas de este parlamento ajudar o Executivo Municipal a resolver o problema da gestão dos resíduos sólidos. Salientou ser uma questão que afeta a Região Metropolitana e sua solução deveria ser encaminhada pelas prefeituras dos municípios que a compõem e não apenas por Belém. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do Cidadania, Matheus Cavalcante reconheceu ser um problema crônico em Belém a dificuldade na gestão dos resíduos sólidos. Avaliou, porém, que a cidade jamais viveu uma situação tão grave em relação à limpeza urbana. Chamou a atenção para a grande quantidade de lixo espalhado nas ruas, por toda a capital, permitindo a proliferação de ratos e outros animais. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante notificou que o processo licitatório para o serviço de coleta e tratamento dos resíduos sólidos em nossa capital foi novamente suspenso devido ao risco de dano ao erário público. Uma cláusula do edital de licitação apresenta grande indício de direcionamento, criando obstáculos ilegais que certamente visam favorecer uma empresa específica, conjecturou, aditando que a suspensão do processo também ocorreu por não haver dotação orçamentária para a prestação do serviço prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA. Defendeu a saída de Ivanise Gasparim do comando da Secretaria Municipal de Saneamento - Sesan, comunicando ter protocolado o pedido de *impeachment* da secretária. Denunciou posteriormente o acúmulo de lixo no Hospital e Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti devido à má atuação da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma, colocando em risco a vida dos pacientes. Pela liderança do bloco União Brasil – Patriota – Agir, Josias Higino referiu ter sido questionado, no dia anterior, por moradores da área onde mora, no Bairro do Guamá, sobre a obra de macrodrenagem do Canal da Caraparu, pois mais um inverno estava chegando e logo voltariam a enfrentar a calamidade provocada pelas enchentes naquela região. Respondeu-lhes então que, se fosse por sua vontade, a macrodrenagem já estaria concluída. Contou que, por constantemente solicitar a realização da obra, o secretário adjunto de Gestão e Desenvolvimento Urbano, Valdir Acatauassú, brincou dizendo-lhe que, quando o Canal da Caraparu estivesse pronto, pediria ao governador a mudança do seu nome para Canal Pastor Higino. Ressaltou, entretanto, estar lutando pela melhoria da região onde mora, onde nasceu e cresceu. Recordou o esforço e a persistência do vereador Igor Andrade ao bater-se pela macrodrenagem do Canal do Tucunduba, observando que sua realização pelo governo estadual promoveu uma transformação positiva naquela região, melhorando muito a vida das pessoas em vários bairros. Já está sendo feito o Canal da Mundurucus, observou, mas o secretário adjunto Valdir Acatauassú informou-lhe que a macrodrenagem do Canal da Caraparu somente será realizada no ano seguinte e a população daquela área terá que infelizmente suportar mais um inverno sujeita a inundações e alagamentos. Asseverou que luta e continuará a lutar pela melhoria de todas as ruas e passagens ligadas ao canal, expressando que, como morador do Guamá, será uma grande vitória ver sua macrodrenagem concluída. Pela liderança do PSOL, Sílvia Leticia disse ter sido surpreendida, em 25 de novembro passado, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, por uma nota assinada pela Executiva Estadual e pela Executiva Municipal do PSOL, votada somente pelo grupo político do prefeito Edmilson Rodrigues. Tal nota tenta silenciá-la como mulher e intimidá-la como parlamentar, propondo inclusive ao Diretório Nacional do partido a aplicação de medidas disciplinares, continuou. A nota, posta nas redes sociais do PSOL em Belém, tem servido para que ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS e aspones da PMB a agridam e tentem desmoralizá-la achando que assim terão mais prestígio junto ao núcleo duro formado pelas pessoas que assinam as nomeações em nível municipal, declarou. Asseverou, entretanto, que não a desmoralizariam e não maculariam sua honra. Deplorou a publicação dessa nota e o papel que ela tem cumprido, pois pede a punição de uma mulher, mãe e vereadora de Belém por defender o legítimo interesse da população de nossa cidade. Julgou-a um absurdo e uma brutal violência política, tentando puni-la por ter votado contrariamente à autorização da viagem do prefeito para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, um dos lugares mais caros do mundo. Foi dito que Edmilson Rodrigues viajou a convite do governador Hélder Barbalho e do presidente Lula, mas procurou esse convite e não o encontrou, expôs. Querem então puni-la por defender a permanência do prefeito em Belém em um momento crítico para a cidade, com o acirramento da crise do lixo e a aproximação do inverno, quando a população precisará de muita ajuda e acolhimento devido às enchentes e alagamentos, relevou. Querem puni-la por defender o povo pobre e trabalhador de nossa capital e a correta aplicação do dinheiro dos impostos em serviços públicos, mas é uma mulher que não se dobra, assegurou, não tem político de estimação e é uma parlamentar independente que seguirá defendendo o programa de seu partido. Durante este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Pela liderança do Solidariedade, Igor Andrade relatou ter sido recebido recentemente em audiência pelo secretário adjunto Valdir Acatauassú para tratar sobre as obras do Canal da Cipriano Santos, do Canal da Vileta e a continuação da macrodrenagem do Canal do Tucunduba. Na ocasião, prosseguiu, Valdir Acatauassú fez questão de salientar que o vereador Josias Higino fizera um pedido que brevemente seria atendido, com o início das obras do Canal da Caraparu. Em relação ao problema do acúmulo de lixo nas ruas de Belém, inteirou que a empresa Guamá Tratamento de Resíduos faz propositalmente uma "operação tartaruga", reduzindo o fluxo de despejo dos caminhões para causar transtorno na coleta de lixo em nossa capital. Historiou que a empresa Guamá Tratamento de Resíduos conseguiu, na gestão municipal anterior de Zenaldo Coutinho, firmar com a PMB um

contrato sem licitação, sob a justificativa da necessidade de criação do aterro sanitário, com um preço exorbitante por tonelada de lixo. Atualmente, Belém e a Região Metropolitana tornaram-se reféns da empresa, testificou, recordando que, na semana anterior, ela impediu por seis horas a entrada dos caminhões para o despejo do material coletado, provocando um caos na cidade. Houve uma redução na coleta de lixo, divulgada pela PMB, provocada pelas dificuldades financeiras enfrentadas no município, anuiu, mas a cidade torna-se mais suja também em decorrência do descarte irregular dos resíduos promovida por parte da população. A atual gestão municipal teve que fazer um processo licitatório para mudar a coleta e tratamento de lixo, com a colocação de lixeiras nas vias, novos carros coletores e equipamentos. Não podemos mais continuar com a empresa Guamá Tratamento de Resíduos prestando o serviço e colocando cada vez mais exigências para aumentar o preço por tonelada de lixo, dificultando o acesso dos caminhões coletores e prejudicando a população, advertiu. Previu que no primeiro bimestre do próximo ano o processo licitatório será concluído e viveremos uma nova realidade, sem sermos mais reféns do desserviço prestado pela Guamá Tratamento de Resíduos. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então colocada em votação e aprovada por unanimidade a ata da 58ª Sessão Ordinária do 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão e o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício aos projetos correspondentes. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, o presidente John Wayne fez a leitura de ofício convocando os demais vereadores a reunirem-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas forem necessárias, a partir do dia 29 de novembro de 2023, a partir das doze horas, no Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, para discutir e votar os projetos de lei de autoria do Executivo Municipal: projeto que "Institui o novo Sistema Municipal de Educação no município de Belém e dá outras providências", constante no Processo nº 0486/2023; projeto que "Institui a Corregedoria da Guarda Municipal de Belém e dá outras providências", constante no Processo nº 1917/2023; projeto que "Institui a Ouvidoria da Guarda Municipal de Belém e dá outras providências", constante no Processo nº 1918/2023; projeto que "Dispõe sobre as isenções tributárias no município de Belém e dá outras providências", constante no Processo nº 1948/2023; projeto que "Institui o Plano Municipal de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências", constante no Processo nº 1916/2023; projeto que "Dá nova redação ao artigo 147, III, b, da Lei Orgânica do Município de Belém – Lomb e dá outras providências", constante no Processo nº 1990/2023; projeto que "Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais e dá outras providências", constante no Processo nº 1991/2023; projeto que "Regulamenta a assistência financeira complementar repassada pela União que institui o Piso Salarial Nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e de parteira, e dá outras providências", constante no Processo nº 1919/2023; projeto que "Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República e do artigo 21 da Lomb, e dá outras providências", constante no Processo nº 1831/2023; projeto que "Dispõe sobre medidas a serem tomadas para implantação do Novo Sistema Integrado de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Belém e dá outras providências", constante no Processo nº 2003/2023. A seguir foi feita a leitura e votação do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando dois dias de licença parlamentar, no período de 28 a 29 de novembro de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Procedeu-se depois à leitura e votação do requerimento do vereador José Dinelly solicitando quatro dias de licença parlamentar, em 28 e 29 de novembro e 05 e 06 de dezembro de 2023, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Roni Gás solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no site Agência Pará, intitulada "Cães e gatos receberam atendimento veterinário e também participaram de desfile *pet* na Praça da República". Fizeram encaminhamentos os vereadores Roni Gás, Matheus Cavalcante, Gizelle Freitas, Fábio Souza e Matheus Cavalcante (pela Oposição). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Foi feita a seguir a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Diário do Pará, intitulada "Possível reativação do Aurá gera críticas da sociedade civil". Fizeram encaminhamentos os vereadores Fernando Carneiro e Matheus Cavalcante, ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. O vereador Allan Pombo pediu depois Questão de Ordem solicitando a mudança na ordem da pauta de forma que os projetos constantes nos processos de números 1621/2023 e 1527/2023 entrassem em discussão. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou então em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Regulamenta a Lei Federal nº 14129/21, que 'Dispõe sobre o Governo Digital', no âmbito da Câmara Municipal de Belém", constante no Processo nº 1621/2023, de autoria da Comissão Executiva da CMB. Na discussão, não houve oradores. O vereador Allan Pombo pediu novamente Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Fez-se posteriormente a leitura dos artigos do projeto. Postos depois em votação, estes foram

aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de resolução que "Regulamenta a Lei Federal nº 14129/21, que 'Dispõe sobre o Governo Digital', no âmbito da Câmara Municipal de Belém", constante no Processo nº 1621/2023. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que "Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13709, de 14/08/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no âmbito da Câmara Municipal de Belém", constante no Processo nº 1527/2023, de autoria do vereador John Wayne. O vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de resolução que "Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13709, de 14/08/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no âmbito da Câmara Municipal de Belém", constante no Processo nº 1527/2023. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às onze horas. Estavam licenciados os vereadores José Dinelly, Fabrício Gama e Enfermeira Nazaré Lima. Justificaram suas ausências os vereadores Augusto Santos, Mauro Freitas, Pablo Farah, Renan Normando e Wellington Magalhães. Estiveram presentes os vereadores: Miguel Rodrigues, Bioco e Êmerson Sampaio, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, Fábio Souza e John Wayne, pelo MDB; Josias Hígino, Pastora Salet e Lulu das Comunidades, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Gizelle Freitas, Fernando Carneiro e Sílvia Leticia, pelo PSOL; Bia Caminha, Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; Juá Belém e Goleiro Vinicius, pelo Republicanos; Moa Moraes, pelo PSDB; Igor Andrade e Roni Gás, pelo Solidariedade; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Matheus Cavalcante, pelo Cidadania. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 28 de novembro de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário